

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.665 - RJ (2019/0194102-1)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
**ADVOGADOS : LUCIANA MARQUES TOSTO - RJ109395**  
**LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439**  
**RECORRENTE : F.AB. ZONA OESTE S.A**  
**ADVOGADOS : RICARDO BOECHAT RIBEIRO MESSA - RJ113924**  
**ALDRIN DE AGUIAR - RJ097554**  
**RECORRIDO : MOISES DE OLIVEIRA TARDIVO**  
**ADVOGADO : ANTONIO ROBERTO MARCICANO - RJ017109**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **F.AB. Zona Oeste S.A.**, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 436/438):

*Apelação Cível. Pretensão de que as rés se abstenham de cobrar tarifa de "esgoto domiciliar", de restituição dos valores pagos a este título, de refaturamento das contas de janeiro e fevereiro de 2014, com a exclusão das cobranças de "esgoto comercial" e "domiciliar" e "água comercial", de faturamento das contas de água com base na tarifa mínima, de instalação de hidrômetro na sua residência e de recebimento de indenização por dano moral. Sentença de procedência parcial do pedido. Inconformismo das rés. In casu, restou demonstrado se tratar de imóvel residencial, não sendo lícita cobrança de tarifa comercial do mesmo. Todavia, não obstante a inexistência do serviço de tratamento, a Lei Federal n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, engloba no conceito de esgotamento sanitário outras atividades como o recolhimento, escoamento e destinação final dos dejetos e efluentes sanitários, os quais são prestados.*

*Entendimento assentado pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido da legalidade da aludida cobrança, quando realizado serviço parcial, como a coleta, o transporte e o escoamento dos dejetos, mesmo que não promova o respectivo tratamento sanitário, como na hipótese em exame. Contudo, o entendimento dessa Colenda Câmara é de que o quantum cobrado deve corresponder ao serviço sanitário efetivamente prestado. Na espécie, verifica-se que a cobrança de tal serviço deverá equivar à metade do valor referente à prestação integral. Quanto à devolução dos valores cobrados a maior, esta deverá observar a prescrição decenal.*

*Dano moral que não restou configurado. Inteligência da Súmula*

# Superior Tribunal de Justiça

*75 desta Corte de Justiça. Provimento parcial ao recurso, para o fim de excluir a condenação por dano moral, bem como determinar que as rés se abstenham de cobrar, tão somente, 50% (cinquenta por cento) do valor referente ao serviço de esgoto domiciliar, e que a restituição dos valores pagos a este título observe este mesmo percentual, rateando as despesas processuais e os honorários advocatícios, os quais se mantêm em 10% (dez por cento) do valor da condenação, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o autor e 50% (cinquenta por cento) para os réus, diante da sucumbência recíproca, observada, contudo, a gratuidade de justiça deferida ao autor, modificando-se de ofício o julgado, para excluir a condenação imposta às rés a restituírem ao autor os valores pagos a título de "água comercial" e "esgoto comercial".*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 508/515).

Nas razões do recurso especial, a parte aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 932, IV, *b*, do CPC/2015; 3º da Lei 8.666/1993; 4º, 9º e 14 da Lei 8.987/1995; e 3º, I, *a*, 11 e 29 da Lei 11.445/2007. Para tanto, sustenta que: (I) o acórdão recorrido decidiu de forma contrária ao entendimento firmado pelo STJ em sede de recurso repetitivo; (II) é devida a cobrança integral da tarifa pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário; e (III) *"a prestação dos serviços de esgoto não pode ser considerada inexistente pelo fato de não percorrer todas as fases possíveis de processamento - coleta, condução, tratamento e disposição final, uma vez que o tratamento é apenas uma fase complementar da prestação do serviço"* (fl. 586).

Às fls. 611/615, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro devolveu os autos à Turma julgadora para os fins do art. 1.030, II, do CPC/2015, considerando o quanto decidido no Tema n. 565 do STJ.

Realizado novo julgamento do feito, no entanto, o Colegiado *a quo* manteve o *decisum* de fls. 435/454, em acórdão assim sumariado (fls. 671/672):

*Juízo de Retratação. Apelação Cível. Pretensão de que as rés se abstenham de cobrar tarifa de "esgoto domiciliar", de restituição dos valores pagos a este título, de refaturamento das contas de janeiro e fevereiro de 2014, com a exclusão das cobranças de "esgoto comercial" e "domiciliar" e "água comercial", de faturamento das contas de água com base na tarifa mínima, de instalação de hidrômetro na sua residência e de recebimento de*

*indenização por dano moral. Cumprimento do disposto no artigo 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil. Não obstante a inexistência do serviço de tratamento, a Lei Federal n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, engloba no conceito de esgotamento sanitário outras atividades como o recolhimento, escoamento e destinação final dos dejetos e efluentes sanitários, os quais são prestados. Entendimento assentado pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido da legalidade da aludida cobrança, quando realizado serviço parcial, como a coleta, o transporte e o escoamento dos dejetos, mesmo que não promova o respectivo tratamento sanitário, como na hipótese em exame. Contudo, o entendimento dessa Colenda Câmara é de que o quantum cobrado deve corresponder ao serviço sanitário efetivamente prestado. Na espécie, verifica-se que a cobrança de tal serviço deverá equivar à metade do valor referente à prestação integral. Manutenção do julgado que se impõe. Retratação não exercida. Manutenção do acórdão recorrido.*

Sobreveio, então, a decisão favorável de admissibilidade encartada às fls. 714/718.

#### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Conheço do recurso especial, porquanto presentes os requisitos de estilo.

No seu mérito, discute-se questão relativa à legalidade da cobrança da tarifa de esgoto, cuja matéria já foi objeto de julgamento por este Superior Tribunal de Justiça sob o rito dos recursos repetitivos, nos autos do **REsp 1.339.313/RJ**, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, **Tema 565**. Confira-se, a propósito, a ementa do referido precedente jurisprudencial:

**ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.**

*1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.*

*2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza socioambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

**(REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013)**

Como antes referenciado, o raro apelo em análise foi submetido, na origem, à sistemática de adequação jurisprudencial prevista no art. 1.030, II, do CPC/2015, tendo sido, ao depois, mantido o acórdão recorrido, seguindo-se juízo positivo de admissibilidade (art. 1.030, V, c, do CPC/2015).

Note-se que o Tribunal de origem deixou de aplicar à hipótese o entendimento firmado no aludido repetitivo sob os seguintes fundamentos (fl. 680):

*Isso porque o pressuposto para a cobrança de uma determinada tarifa é a efetiva prestação do serviço, o que, todavia, conforme mencionado, não ocorre de forma integral no caso em exame, motivo pelo qual o pagamento desta deve ser feito da mesma*

# Superior Tribunal de Justiça

*forma, ou seja: proporcionalmente, sob pena de enriquecimento ilícito da concessionária.*

*Vale frisar que tal entendimento se alia ainda ao disposto no artigo 51, inciso IV, da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, que prevê ser abusiva, e, portanto, nula de pleno direito, cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade, o que claramente se verifica na hipótese em que se obriga este a pagar o valor integral por um serviço que não lhe é assim prestado.*

*Assim sendo, tem-se que, na espécie, ficou evidenciada que eram prestadas apenas algumas das fases do serviço de esgotamento sanitário na residência do demandante, devendo, dessa forma, a cobrança de tal serviço ser reduzida à metade do valor correspondente à prestação integral.*

Como se vê, no alegado *distinguishing*, a Corte local não enfrentou a questão da necessidade de observância do disposto nos arts. 3º da Lei 11.445/2007 e 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, normas de cunho específico que autorizam a cobrança que se pretende afastar.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que, apesar de o § 8º do art. 543-C do CPC respaldar a manutenção, pelo Tribunal *a quo*, do acórdão que diverge da orientação fixada pelo STJ em julgamento de recurso repetitivo, *"a melhor maneira de compatibilizar a ausência de efeito vinculante com o escopo visado pela legislação processual é entender, em abrangência sistemática, que a faculdade de manter o acórdão divergente da posição estabelecida por este Tribunal Superior em julgamento no rito do art. 543-C do CPC somente é admissível quando, no reexame do feito (art. 543-C, § 7º, do CPC), o órgão julgador, expressa e minuciosamente, identifica questão jurídica que não foi abordada na decisão do STJ e que diferencia a solução concreta da lide" (REsp 1.323.111/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/11/2012).*

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN. LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA. BASE DE CÁLCULO. PREÇO DO SERVIÇO. ORIENTAÇÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **FIRMADA NO JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO. INTELIGÊNCIA DA EFICÁCIA DO ART. 543-C DO CPC.**

1. *Se a relação entre empresa e mão de obra é regida pela Lei 6.019/1974, o ISS incide sobre prestação de serviços, e não apenas sobre taxa de agenciamento.*
2. *Entendimento consolidado no julgamento do Resp 1.138.205/PR, sob o rito do art. 543-C do CPC.*
3. *Hipótese em que o Tribunal **a quo** consignou que o ISS deve recair apenas sobre taxa de agenciamento, pois o contrato social demonstra que a recorrida atua na locação de mão de obra.*
4. ***In casu**, a solução adotada é insuficiente, pois há necessidade de verificação do regime jurídico que disciplina a locação de mão de obra.*
5. *É improcedente o argumento apresentado no memorial da recorrida, isto é, de que o Poder Judiciário está legislando ao alterar a base de cálculo do ISS. Na realidade, houve apenas interpretação do art. 7º da Lei Complementar 116/2003 (abrangência do termo "preço do serviço").*
6. *No mesmo sentido, a informação trazida de que há precedentes atuais dos Tribunais de Justiça dos Estados que contrariam o posicionamento firmado no RESP 1.138.205/PR não surte efeitos no presente julgado.*
7. *A dicção do art. 543-C, § 8º, do CPC inquestionavelmente prevê a faculdade de as instâncias de origem manterem, no reexame da causa, o acórdão que diverge da orientação fixada pelo STJ no julgamento de recurso repetitivo.*
8. *É necessário, entretanto, observar que a interpretação da norma em tela (art. 543-C, § 8º, do CPC) não pode ser feita exclusivamente pelo método literal.*
9. *A Lei 11.672/2008, ao introduzir a técnica de julgamento do recurso repetitivo, teve por principal objetivo reduzir a grande quantidade de processos idênticos que engessam a prestação jurisdicional nos tribunais brasileiros, sobretudo no STJ.*
10. *Dessa forma, a melhor maneira de compatibilizar a ausência de efeito vinculante com o escopo visado pela legislação processual é entender, em abrangência sistemática, que a faculdade de manter o acórdão divergente da posição estabelecida por este Tribunal Superior em julgamento no rito do art. 543-C do CPC somente é admissível quando, no reexame do feito (art. 543-C, § 7º, do CPC), o órgão julgador, expressa e minuciosamente, identifica questão jurídica que não foi abordada na decisão do STJ e que diferencia a solução concreta da lide.*
11. *Dito de outro modo, se não houver peculiaridade que excepcione entendimento fixado em julgamento de recurso repetitivo, a solução conferida pelo STJ deve ser aplicada ao caso concreto, sob pena de inviabilizar a vigência e o escopo do art. 543-C do CPC.*

# Superior Tribunal de Justiça

12. Em conclusão, é inaproveitável a singela afirmação de que há precedentes atuais, oriundos das Cortes locais, que continuam a não aplicar a orientação do STJ. A recorrida não cuidou de demonstrar quais os fundamentos utilizados para o descumprimento da decisão do STJ, tampouco que haja similitude entre o acórdão proferido no caso concreto e os paradigmas citados.

13. Recurso Especial provido para anular o acórdão hostilizado, com determinação de retorno dos autos ao Tribunal **a quo**, de maneira a ser feito o rejugamento da causa conforme os parâmetros definidos no Resp 1.138.205/PR.

(REsp 1.323.111/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 5/11/2012)

No caso, reitere-se, o Tribunal *a quo* deixou de enfrentar a questão posta, qual seja, a necessidade de observância do disposto nos arts. 3º da Lei 11.445/2007 e 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, não havendo lugar, pois, para a manutenção do acórdão recorrido, uma vez que **inexiste qualquer peculiaridade ou distinção a excepcionar a aplicação do posicionamento de há muito consolidado nesta Corte Superior.**

**ANTE O EXPOSTO**, conheço do recurso especial e, aplicando o direito à espécie (art. 1.034 do CPC/15 c/c 255, § 5º, do RISTJ), hei por bem, de ofício, cassar o acórdão recorrido por *error in procedendo*, determinando, em consequência, o retorno dos autos à Corte de origem para que, no juízo de retratação a que alude o art. 1.030, II, do CPC/15, decida em conformidade com a diretriz firmada no repetitivo consubstanciado no **REsp 1.339.313/RJ** (Tema 565).

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**